Vítor Oliveira Jorge

[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004

PORTO-COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÓNIO Uma abordagem exploratória feita no campo emergente da Ciência da Informação

por

Armando Malheiro da Silva*

Resumo: Questionar a conservação de Património – propósito explícito e saudavelmente provocatório desta 8ª Mesa-redonda da Primavera – convoca uma atitude crítica e radical que se ajusta bem às pesquisas e à reflexão que vimos levando a cabo em torno das tradicionais disciplinas que derivavam (e ainda derivam) a sua razão prática e teórica de ser do documento de Biblioteca e de Arquivo, entendido pelo senso comum como objecto físico que o ser humano engendra e exterioriza totalmente.

A presente comunicação insere-se, pois, numa trilogia básica de textos – Informação e Conhecimento: sinonímia e/ou diferenciação?, já publicado, e Informação e Documento e Informação: as questões ontológica e epistemológica, em vias de publicação, – destinados a interrogar e a reconfigurar os fundamentos ontológicos e epistemológicos da Ciência da Informação, que, em plena e complexa expansão da Sociedade da Informação, não se reduz a um conjunto instrumental e instrumentalizado de procedimentos práticos sobre a criação, a ordenação, a descrição, a classificação e a recuperação de documentos, como também não se esgota na estimulante definição retocada por Harold Borko em 1968: ciência da informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Pretende-se, pois, ir mais apostando numa concepção inspirada directamente no pensamento sistémico, holístico e complexo, para o qual Edgar Morin tem sabido convocar a máxima atenção e à luz do qual têm e devem ser confrontadas noções ou categorias operatórias – a Cultura e o Património – muito associadas a um paradigma estático no campo da Documentação/Informação.

Palavras-chave: Informação; cultura; património; e sociedade de informação.

Abstract: To argue the conservation of cultural heritage – clearly and healthly the provocative purpose of this 8^{th} Mesa-Redonda da Primavera – claims a critical and radical attitude which fits well to the research and reflection we have been carrying around the traditional disciplines that founded (and still found) their practical and theoretical main reason on the Library and Archives' document, understood by the common sense as a physical object that the human beeing totally produces and makes exterior to himself.

The present paper is inserted into a basic trilogy of texts - Informação e Conhecimento: sinonímia e/ou diferenciação? already published and Informação e Documento e Informação: as questões ontológica e epistemológica to be published soon – aiming to discuss and to reshape the ontological and epistemological foundations of Information Science, that, into the great and complex expansion of Information Society, can't be

^{&#}x27; DCTP-FLUP.

reduced to an instrumental and instrumentalized set of practical activities related to the creation, arrangement, description, classification and retrieval of documents, as well as doesn't sell out into the definition proposed by Harold Borko in 1968: information science is the discipline that investigates the properties and the behaviour of information, the forces governing the informational flow and the means of information process in order to an optimum access and use. Thus, we defend a perspective directly inspired by the systemic, holistic and complex thinking to which Edgar Morin pays a maximum attention and by the light of which must be and shall be put into confrontation the operative notions or categories – the Culture and the Cultural Heritage – much associated to a static paradigm into the field of Documentation/Information.

Key-words: Information; culture; cultural heritage; and information society.

1. De onde se parte...

O campo técnico e pretensamente científico das denominadas *Ciências Documentais* – uma amálgama de disciplinas onde pontifica a Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivística, a Paleografia, a Diplomática entre outras – está associado a uma tradição de estudo e de valorização de objectos portadores do potencial intelectual e artístico da Humanidade.

Livros antigos e modernos, manuscritos com e sem iluminuras, discos de vinil ou *compact disk* com sinfonias e óperas clássicas ou música de outros géneros e latitudes, trabalhos científicos de Matemática, de Física ou de Biologia, periódicos (jornais e revistas), fotografias (de reportagem e artística), álbuns de banda desenhada, desenho e pintura, documentários fílmicos e grandes metragens, constituem um tipo heterogéneo de mentefactos (plasmados em artefactos) que, desde o séc. XVIII até à actualidade, podem ser abrangidos semanticamente pela noção de Cultura, que Denys Couche remete *para os modos de vida e de pensamento*¹. E que, por seu turno, Edgar Morin fixou numa "fórmula" que adoptamos e usamos mais adiante, no confronto crítico dos principais conceitos desta abordagem exploratória:

A cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana. Cada cultura concentra em si um duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras); por outro, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). É um capital de memória e de organização, como é o património genético para o indivíduo. A cultura dispõe, como o património genético, de uma linguagem própria (mas muito mais diversificada), que permite a rememoração, a comunicação, a transmissão deste capital de indivíduo para indivíduo e de geração em geração.

O património hereditário dos indivíduos está gravado no código genético; o património cultural herdado está gravado, em primeiro lugar, na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura e nas artes. Adquirida em

¹ CUCHE, Denys – A Noção de cultura nas ciências sociais. Lisboa: Fim de Século, 2003. ISBN 972-754-192-5. p. 24-25.

cada geração, a cultura é continuamente regenerada. Constitui o equivalente a um Genos sociológico, ou seja, a um engrama-programa, que garante a regeneração permanente da complexidade social².

No caso de estarmos perante exemplares raros e antigos, a ideia oitocentista de Património Cultural³ surge, por seu turno, como a indicada para valorizá-los individual e colectivamente, filiando-se esta atitude num novo regime de conservação – a conservação patrimonial – surgido no Ocidente em plena época moderna e que Marc Guillaume caracteriza assim:

Esta conservação patrimonial, na qual os objectos de sutura se diluem até perderem a sua especificidade, atesta a rejeição de um modo simbólico de presença do passado no presente. Os mortos já não assombram com a sua presença invisível o mundo dos vivos. A conservação, a memória histórica já não se inscrevem num registo simbólico mas numa heterologia – um saber sobre o outro – que faz parte do paradigma moderno do ver e do saber. Uma vez que nada mais de transcendente se esconde por detrás da aparência, são os artefactos materiais, visíveis, legíveis, que importa conservar. Para assim tornar o passado visível e sustentar a ficção da sua presença e de um futuro previsível. Tudo isto se salda por uma perda: deixa de haver transcendência, deixa de haver eternidade. Esta perda abre-se sobre o abismo sem fim de uma ausência que a acumulação indefinida dos vestígios não pode colmatar⁴

Conservar, guardar ou custodiar tornaram-se, simultaneamente, princípio e fim de um modo de ver o Mundo mediatizado por fragmentos ou vestígios de um passado (re)descoberto (mais exactamente, recriado) em espaços próprios e singulares como as Bibliotecas, os Arquivos e os Museus, desligados do contexto degenerado e degenerescente do Antigo Regime⁵. Extensões inovadoras, desde finais do séc. XVIII, do Estado Nação europeu, concebidas para que um número crescente de historiadores e eruditos,

² MORIN, Edgar – *O Método V: a humanidade da humanidade: a identidade humana.* Mem Martins:: Publicações Europa-América, 2003. ISBN 972-1-05131-4. p. 159.

³ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca – *El Patrimonio cultural: la memoria recuperada.* Gijón: Ediciones Trea, 2002. ISBN: 84-9704-036-8.

⁴ GUILLAUME, Marc – *A Política do património: com prefácio inédito do autor*. Porto: Campo das Letras, Editores, 2003. ISBN 972-610-704-0. p. 35.

⁵ Esta ideia é claramente enfatizada por Francisca Hernández Hernández sem que pareça ou seja contraditória com o movimento conservantista e patrimonialista subsequente: Pero la caída de la monarquía y las medidas que se tomam contra los bienes de los nobres emigrados van a desembocar en la aparición de una ideología que considerará las obras del Antiguo Régimen como el resultado de una estética degenerada que no puede ser aceptada por una ideología totalmente nueva que mira al futuro y que no desea ligarse ni tan siquiera al mero recuerdo de lo que fue la realeza o el régimen feudal. Rousseau y Marat así lo expresaron en sus escritos y Hébert y Chaumette trataron de hacerlo ver al pueblo cunado lo incitaban a organizar algaradas en contra de todo lo que tuviera un carácter religioso. Era necesario y urgente descontextualizar las obras del ambiente en el que habían sido creadas, con el objeto de que perdieran para siempre su significación original. Como consuecuencia, la destrucción de muchas de las obras de arte es un hecho que, cada vez, se repite con mayor ênfasis por toda Francia (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca – Op. cit., p. 72).

formados pelas Universidades e imbuídos do positivismo e do evolucionismo oitocentistas, pudessem erguer grandes "reconstituições" do passado. E, por consequência, a politização desse mesmo passado nacional, colectivo, identificador e legitimador de um presente pujante e de um futuro novo (visão milenarista) apropriou-se facilmente dessas instituições.

O papel de tais organismos criados, financiados e subordinados à lógica governamental e estatal viria a desembocar, com o devir do processo histórico ao longo de todo o séc. XIX e na primeira metade de novecentos, num quadro multifactorial bastante complexo sobre o qual incidiria a reflexão crítica de Theodoro Adorno, tão abundantemente citada a propósito da cultura entre a Modernidade e a Pós-Modernidade. Segundo Adorno:

Quem diz cultura diz igualmente administração, quer o queira, quer não. A reunião de tantos domínios sem um denominador comum, tais como filosofia e religião, ciência e arte, formas de conduta e modos de vida e, por fim, o espírito objectivo de uma época sob a égide de uma única palavra, o termo "cultura", revela, à partida, o olhar administrativo que, de uma perspectiva superior, colige, reparte, pondera, organiza. Em si a palavra "cultura", usada em sentido estrito, pouco mais antiga é do que Kant e o seu adversário de estimação, sobretudo na Alemanha, o termo "civilização", só foi adoptado em pleno século XIX, adquirindo um cunho propagandístico com Spengler.

(...) Mas ao mesmo tempo – e isto justamente no mundo conceptual alemão – a cultura opõe-se à administração. Seria mais elevada e mais pura, algo de inviolado, não talhado em função de quaisquer considerações tácticas ou técnicas. Em linguagem intelectual, chama-se a isso a sua autonomia. A voz corrente gosta de lhe associar a ideia de personalidade. A cultura seria a manifestação da humanidade em estado puro, abstraindo de quaisquer contextos funcionais na sociedade. Pese embora a sua ressonância enfatuada, o facto de não ser possível evitar a palavra "cultura", demonstra até que ponto esta categoria, centenas de vezes justamente criticada, é própria e cúmplice de um mundo administrado tal como ele existe⁶.

Estes excertos do ensaio de Adorno intervêm, aqui, num sentido preciso: mostrar a necessidade de se pensar a actividade de bibliotecários, documentalistas e arquivistas como agentes ao serviço da Administração zeladora e promotora da "cultura superior ou do espírito", entre outras diversas obrigações políticas impostas por uma concepção moderna do Bem Comum.

Até ao século XVIII, as raridades bibliográficas e manuscritas, assim como as preciosidades reunidas por mecenas renascentistas e, depois, por antiquários e sábios exóticos, ligados à compulsiva recolha de objectos antigos e às primeiras descobertas arqueológicas de monumentos e de artefactos de remotas civilizações, "berçários míti-

⁶ ADORNO, Theodor W. – *Sobre a indústria da cultura*. Coimbra: Angelus Novus, 2003. 972-8827-20-2. p. 107-108.

cos" do Ocidente, formaram um acervo heterogéneo e disperso, concentrado junto das entidades colectivas e individuais que, por iniciativa própria e na esfera restrita de sua acção, configuraram um desiderato pré-cultural. Sem esse desiderato, as bases iluministas, nacionalistas e capitalistas da "indústria da cultura" não seriam como as conhecemos hoje.

Após a Revolução Francesa, essas manifestações materiais de Cultura e do Património nacional passaram do domínio privado para o público⁷ através de duas vias – a erudita e a "popular" ou etnográfica – geradoras de dicotomias insustentáveis. Mas, agora, em plena Sociedade da Informação⁸ ou, em sentido mais estrutural, como propõe Manuel Castells, na Era da Informação⁹, os apelos estruturalista, construtivista e sistémico, lançados a partir da década de setenta do séc. XX, ajudaram a desenhar uma visão cultural sintética que funde essas vias e abre-se a uma pluralidade de *olhares todos diferentes, todos iguais...*

O desafio da síntese em construção está aí, mas a resistência de uma tradição documental eivada de culturalismo dicotómico continua viva e forte. E para a percebermos importa recuar até uma primeira e interessante clivagem ocorrida na viragem de oitocentos para novecentos, devido ao impacto da proposta inovadora de Paul Otlet e Henri Lafontaine, jovens advogados belgas que criaram o Instituto Internacional de Bibliografia (convertido, no ano de 1931, em Instituto Internacional de Documentação) e adaptaram a classificação decimal do bibliógrafo norte-americano Melvil Dewey (1851-1931) na famosa Classificação Decimal Universal (CDU).

No seu Traité de documentation, le livre sur le livre (1934), Otlet usa a noção de documento em sentido amplo, pressentindo a multiplicação dos suportes da informação, todos igualmente portadores de memória. Obra premonitória, o Traité é rico de antecipações pertinentes e para lá deste aspecto visionário avulta uma reflexão, também muito antecipadora, sobre a relação entre o homem e a técnica: "aperfeiçoar o livro, é aperfeiçoar a humanidade". Uma reflexão assente na lógica de utilização e de reapropriação, na qual a técnica é uma extensão controlada do homem. Lógica esta que sustenta e define os fins da documentação organizada, a saber: universais quanto ao

⁷ Ver com mais detalhe sobre este processo HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca – *Op. cit.*, p. 69-146.

⁸ Ver para uma incursão no tema LYON, David - A Sociedade da informação: questões e ilusões. Oeiras: Celta Editora, 1992. ISBN 972-8027-02-8; LOJKINE, Jean - A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1999. ISBN 85-249-0554-9; TOFFLER, Alvin - A Terceira vaga. Lisboa: Edição "Livros do Brasil", 2000. ISBN 972-38-0991-5; ALMEIDA, Reginaldo Rodrigues de - Sociedade Bit: da sociedade da informação à sociedade do conhecimento. Lisboa: Fomento, 2004. ISBN 972-99293-0-0.

⁹ CASTELLS, Manuel – A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1 – A sociedade em rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0984-0; vol. 2 – O poder da identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1008-3; vol. 3 – O fim do milénio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1055-5.

seu objecto; certos e verdadeiros; completos; rápidos; actualizados; fáceis de obter; reunidos antecipadamente e prestes a serem comunicados; e postos à disposição de um maior número de pessoas¹⁰.

O programa teórico e as iniciativas de Otlet e Lafontaine introduziram uma fissura na prática profissional com consequências ainda hoje nitidamente sentidas. A necessidade de documentação actual e disponível para um acesso rápido e eficiente levou à criação de novos profissionais – os documentalistas – com um perfil distinto dos bibliotecários formados no seio das Bibliotecas eruditas dos séculos XVIII e XIX. Embora artificial e pouco consistente, esta distinção tem na sua génese e na sua sustentação ao longo da centúria de novecentos, uma alteração propiciadora da emergência, a prazo, de um novo paradigma: a mudança da visão custodial e patrimonial (fechada através da conotação com "tesouro") para uma visão pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (da informação).

Só agora, no início do séc. XXI, se distinguem os contornos nítidos de um paradigma novo, mas é justo reconhecer que as suas raízes entroncam no contributo dos pioneiros belgas.

Também não pode ser esquecida uma fissura mais ou menos equivalente ocorrida nos Arquivos em finais de oitocentos.

1898 é o ano da publicação de um livro da autoria de três holandeses e intitulado Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven¹¹, que marca ou representa a libertação da, então incipiente, Arquivística, da posição secundária imposta pelo historicismo oitocentista. Muller, Feith e Fruin escreveram, aparentemente, um manual de descrição e ordenação para os Arquivos e, tomado à letra, não se vê nenhuma novidade epistemológica subjacente a um instrumento normativo e técnico que raia a pacticidade típica do senso comum. No entanto, o Manual dos Arquivistas Holandeses, como ficou conhecido, juntamente com o posterior A Manual of archive administration do britânico Hilary Jenkinson (1922), sinalizou uma alteração de perspectiva e uma clivagem profissional entre os arquivistas, assim como sucedera no campo das Bibliotecas: a descrição e "arranjo/ordenação" dos documentos administrativos actuais, ou seja, produzidos e recebidos nas diferentes instâncias burocráticas do Estado moderno

¹⁰ CACALY, Serge – Otlet Paul (1868-1944). In Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation. Dir. Serge Cacaly. Paris: Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3. p. 447. Sobre a acção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, ver, por exemplo: RAYWARD, W. Boyd – The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). JASIS – Journal of the American Society for Information Science. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300; RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle – P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. JASIS – Journal of the American Society for Information Science. New York. ISSN 0002-8231. 48: 4 (Apr. 1997) 301-309.

¹¹ Ver SILVA, Armando Malheiro da et al. – Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998. ISBN 972-36-0483-3. p. 115-120.

tinham de ser assegurados por profissionais integrados na carreira administrativa e auxiliares preciosos e indispensáveis do regular funcionamento das instituições. Nascia, assim, na prática a noção de Arquivo corrente que exigia funcionários supostamente específicos e diferenciados dos que exerciam actividade nos Arquivos Públicos, entidades criadas após a Revolução Francesa e vocacionados para incorporar e custodiar documentação histórica¹². Entre uns e outros, era cavado um fosso artificial que remetia para esferas diferentes: os arquivistas encarregues da custódia de "património documental" necessário à (re)construção da Memória nacional, através do labor de sábios e de historiógrafos erudito-metódicos (positivistas), passaram a ser vistos como actores da cultura erudita, enquanto os outros (baptizados, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América de *records managers*) foram sendo vistos como técnicos ou especialistas práticos, ensinados e convocados para resolver problemas concretos, inerentes às Organizações activas.

As alterações profissionais ocorridas resultaram de transformações históricas que tiveram lugar no decurso da segunda vaga de industrialização (1870-1918) e afectaram a documentação em geral, tanto bibliográfica, como administrativa (ou "arquivística"), sem, no entanto, contribuírem para a emergência, neste campo disciplinar, de práticas empíricas envolvidas na descrição, guarda, recuperação e acesso aos documentos, de um paradigma científico pleno. Uma razão para isto encontramo-la no facto da formação ministrada, nesta área profissional, ter entrado tarde para o âmbito das Universidades, onde, a par do ensino, germinaram preocupações naturais de reflexão crítica e de pesquisa trans e interdisciplinar. Em França, por exemplo, ainda hoje, o peso das Associações profissionais na formação de documentalistas, bibliotecários, arquivistas e gestores de informação ajuda a retardar uma mudança efectiva de paradigma.

Não surpreende, pois, que, embora em progressiva crise, sobreviva e persista ainda um (pré-)paradigma sincrético, com raízes no séc. XVIII e passível de diversas designações: historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista, custodial ou estático Subjaz-lhe um empirismo patrimonialista forjado pelo labor historiográfico e pela valorização afectiva, estética e económica do que é antigo e raro. Mas mais relevantes que estes traços genéricos são os específicos que ajudam a identificar melhor o (pré)paradigma de que falamos:

- sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da actividade profissional de arquivistas e bibliotecários;
- identificação do serviço custodial e público de Bibliotecas e de Arquivos com a preservação da Cultura "superior" – as artes, as letras e a ciência de um Povo ao longo de séculos;

¹² SILVA, Armando Malheiro da et al. - Op. cit., p. 133-136.

- enfatização da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação moderno e como construção intelectual de passado(s) fundador(es), que permite exercitar a justificação ideológica, jurídico-administrativa e político-institucional, tanto actual, como futura, através de pretensas antinomias valor probatório versus valor informativo e intelectual, verdade administrativa versus cultura científica e técnica, vontade de instruir versus intenção de entreter, etc.
- importância crescente do acesso ao "conteúdo" dos documentos e aos próprios objectos através da elaboração de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), mantendo-se, contudo, o acesso fortemente condicionado pela matriz custodial, historicista e patrimonialista; e
- distinção formal e profissional do arquivista, do bibliotecário, do documentalista e, ultimamente, do gestor de informação (rubrica genérica onde cabe uma míriade de especificações profissionais mais ou menos recentes), aceitando, porém, que todos eles são agentes culturais, lidam igualmente com património e todos conservam, preservam, coligem, ordenam, classificam e difundem documentação em sentido amplo.

Traços que configuram um modo de ver, de estar e de agir cada vez mais perturbado pelo impacto da *Sociedade da Informação* – caracterizada, segundo as interpretações correntes, pela realização sobretudo de tarefas relacionadas com a informação, *editando, reunindo, armazenando, consultando e disseminando os dados disponíveis,* porquanto os *dados processados são formas de informação simbólica*¹³ – nos hábitos, nas práticas e nas instituições culturais herdadas da Modernidade. Um impacto que surge na continuidade de uma longa linha em que outras tecnologias produziram no ser humano e na vivência colectiva, efeitos directos e indeléveis: a escrita tornou, por exemplo, possível o contacto com os nossos semelhantes ao longo do tempo (as leis passadas a escrito tem aplicação por sucessivas gerações) como ao longo do espaço (a imprensa interliga cidadãos de uma mesma área geográfica ou de uma comunidade). Põe-se, por isso, compreensivelmente, a questão de saber se a difusão das TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) pode provocar mudanças semelhantes.

Não há dúvida, como sumariou Lyon, que as TIC vêm contribuindo para o desmoronamento de barreiras entre as categorias clássicas da informação, bastando para tal notar que um mesmo meio electrónico pode transportar a voz, o vídeo, dados técnicos ou financeiros, imagens fotográficas ou textos escritos, polivalência e simultaneidade de funções que abatem velhas distinções, nomeadamente no caso da "edição

¹³ LYON, David - Op. cit., p. 141.

elctrónica" em que os papeis de escritor, de editor e de impressor se fundem num só¹⁴. Alertando, o mesmo autor, para o aspecto de, subjacente às questões relacionadas com a produção de bens de consumo culturais e de representações do homem "à imagem do computador", ser possível encontrar a vasta noção de "civilização": Se o Silicon Valley é efectivamente o novo "Crescente Fértil" apregoado pelos seus admiradores, quais serão as implicações de tal facto para a "civilização ocidental"? São grandes as diferenças de opinião a propósito dos contornos da paisagem cultural da "sociedade da informação", variando entre as imagens de um mundo pacífico e mais humano e os cenários marcados pela conflitualidade, a despersonalização e a alienação¹⁵.

Cenários, antinómicos e paradoxalmente complementares, que alimentam um debate inesgotável sobre a modelação do Mundo em que vivemos de hoje para amanhã, ou seja, em devir ziguezagueante e vertiginoso. A conjuntura que se perfila e evolui acumula sinais de progresso técnico imparável, de alterações visíveis em diversos sectores de actividade, mas também incertezas várias e assimetrias incontroláveis que ensombram a crença dos utopistas que, sem ignorarem os problemas decorrentes do avanço tecnológico, como, por exemplo, o desemprego ou o tédio, confiam no carácter temporário desses inconvenientes, defendendo que a tecnologia de ponta constituía a solução para os problemas crónicos da humanidade, problemas esses que, em seu entender, eram de índole material – escassez, fome, doenças, guerras e outros do mesmo género¹⁶.

Perante o exposto, de forma necessariamente breve e impressionista, não admira que a emergência de um paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico esteja a germinar entre os profissionais da informação, sobretudo no Ocidente, sendo possível descortinar alguns traços essenciais:

- valorização da informação (fenómeno/processo humano e social), residindo nela e não no suporte (material externo ao sujeito) a sua própria historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural;
- afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao "imobilismo" documental, traduzindo-se aquele no trinómio criação selecção natural acesso/uso e, o segundo, na antinomia efemeridade permanência//conservação;
- impossibilidade de manter a "compartimentação" documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de arquivo, serviço de Biblioteca e sistema informático/software de computador

¹⁴ LYON, David - Op. cit., p. 141-142.

¹⁵ Ibidem, p. 155.

¹⁶ Ibidem, p. 167.

- monoposto ou em rede), porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso//consumo (funcionalidade);
- necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica, composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente "assépticos" ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- alteração do actual quadro teórico-funcional, em que quase só pontificam as práticas metodológicas e os interesses "clientelares" da História, do Direito e da Ciência da Administração, para uma postura diferente no universo dinâmico das Ciências Sociais, referência indispensável para a compreensão do social e do cultural¹⁷, com óbvias implicações nos novos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e
- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões "gestão de documentos" e "gestão da informação", pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas, como se exige, por exemplo, a um sociólogo das organizações, e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou)prospectivas mais adequadas.

A percepção destas características fundamenta-se num acervo amplo de factos e de situações que implicam uma mudança em curso do modo de ver, em suma, do paradigma.

¹⁷ Yves LE COADIC não hesitou em afirmar que a ciência da informação ao preocupar-se em esclarecer um problema social concreto, passou a integrar o grupo das ciências sociais. E acrescenta: Respondendo a uma necessidade social, a pesquisa em ciência da informação, pesquisa orientada, é elaborada em função dessa necessidade e foi, de alguma forma, determinada por ela. Também, sob a pressão das técnicas da informação, de máquinas concebidas para a comunicação, a preocupação dominante dos investigadores passou a ser o útil, o eficaz, o prático e a prática, e muito pouco o teórico, a teoria. Há pois um atraso da teoria sobre o empírico e sobretudo desconexão entre as duas (ver capítulo IV). De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, sob efeito de uma procura social crescente, de novas apostas sociais e de importantes desenvolvimentos económicos, uma ciência social rigorosa (cf. LE COADIC, Yves-François – Op. cit., p. 21-22).

As alterações ocorridas desde a década de setenta no espaço anglo-americano, extensivo depois a outros espaços e latitudes e, sobretudo, em nível da formação académica e dos programas ou agendas de investigação, incorporando como temática ou problemática de estudo o processamento automatizado e electrónico da informação, constituem, sem dúvida, um comprovativo interessante da transição paradigmática em curso. E outro, assaz pertinente, tem sido o progressivo incremento de reflexões e de pesquisas de natureza epistemológica com vista a reforçar o estatuto científico das profissões ligadas à gestão da Informação.

2. Onde se está...

No interior do paradigma dinâmico, pós-custodial, informacional e científico que está a perfilar-se e a disseminar-se nesta Sociedade da Informação ou em Rede, cada vez mais complexa e vertiginosa, afirmam-se diferentes propostas sobre os contornos do campo disciplinar que congrega os referidos profissionais.

A Ciência da Documentação, consagrada em Espanha por Emília Currás¹⁸ e por José López Yepez, com seus colaboradores¹⁹, continuadora com *nuances* do *Traité de documentation: le livre sur le livre*, obra pioneira de Paul Otlet²⁰; a Ciência da Informação compendiada num pequeno livro da célebre colecção *Que sais-je? das Presses Universitaires de France*, da autoria de Yves-François Le Coadic²¹, a Ciência da Informação, seccionada em quatro paradigmas segundo Rafael Capurro²²; por fim, a Ciência da Informação, que serviu de base matricial à Licenciatura com a mesma designação da Universidade do Porto²³, são a expressão actual de um esforço

¹⁸ CURRÁS, Emilia – La informacion em sus muevos aspectos: ciencias de la documentacion. Madrid: Paraninfo, 1988, ISBN 84-283-1600-7.

¹⁹ Ver LÓPEZ YEPES, José; ROS GARCÍA, Juan – Qué es documentación?: teoría e historia del concepto en España Madrid: Editorial Síntesis. 1993. ISBN 84-7738-213-1 e Manual de información y documentación. Coord. José López Yepes. Madrid: Ediciones Pirâmide, S.A., 1996. ISBN 84-368-0968-8.

²⁰ Ver CACALY, Serge - Otlet, Paul (1868-1944). In Op. cit., p. 446-447.

²¹ LE COADIC, Yves-François – *A Ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. ISBN 85-85637-08-0 (trad. brasileira de *La Science de l'Information*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997).

²² CAPURRO, Rafael – *Epistemologia y Ciencia de la Información*. In www.capurro.de. Consultada a 26//10/2004. Trata-se do texto da conferência inaugural do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, realizado entre 10 e 14 de Novembro de 2003, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

²³ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4; e para uma retrospectiva do funcionamento do Curso de Especialização em Ciências Documentais na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a subsequente substituição pela Licenciatura em Ciência da Informação ver RIBEIRO, Fernanda et al. – Memória do curso de especialização em ciências documentais (1985-

legitimador e reflexivo de cientificidade, para uma tradição profissional marcada pelo senso comum e tecida em torno de actividades e/de tarefas determinadas pelo funcionamento de Bibliotecas e de Arquivos – *constructos* da Modernidade.

Numa era de globalização, com desafios crescentes, com problemas inesperados e complexos, com recursos tecnológicos supreendentes e imparáveis, com alterações em múltiplos aspectos do quotidiano humano e social, era inevitável a transição paradigmática profunda na área da documentação/informação, com influência directa no figurino disciplinar/científico legitimador das múltiplas práticas, antigas e novas, determinadas estas pelo impacto das TIC. Um figurino sobre o qual a produção epistemológica, cada vez mais abundante, não é, nem tende de imediato para uma consensualização e, por isso, o tempo é, e será, de permanência de propostas divergentes com aplicações em modelos formativos próprios, agendas de investigação decorrentes dos pressupostos adoptados, e a dinâmica gerada por este processo plural propiciará, junto com outros factores, a construção inevitável de um consenso paradigmático a prazo.

Importa, pois, precisar, aqui, a posição em que nos situamos, para debater a relação e a interacção conceptual da informação com cultura e património. Daí a natural pergunta: a informação é um objecto científico de estudo?

A definição do referido conceito e os diferentes sentidos com que o termo é empregue dariam, só por si, matéria para muitas páginas de discussão, objectivo que não pode, como é óbvio, cumprir-se numa comunicação como esta. Impõe-se, contudo, para delimitar contextos, tornar inteligível o discurso e situar a problemática em torno da qual se produz esta reflexão, assinalar alguns pontos de partida.

Atentemos, como primeiro patamar de abordagem, no que Anthony Wilden escreveu no verbete "informação" da consagrada Enciclopédia Einaudi:

(...) o conceito de informação alarga-se hoje a dois sentidos recentemente surgidos e relativamente específicos.

O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit (binary digit). É a informação métrica da teoria clássica da informação [Claude Shannon], a teoria combinatória e estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade.

O segundo sentido pertence a uma abordagem diversa, abordagem esta que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais, como a comunicação via radar ou satélite. O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso

^{-2003).} In Homenagem ao professor doutor José Marques: 26 e 27 de Junho de 2003: actas do Colóquio "Do Documento à Informação" e da jornada sobre sistemas de informação municipal (...). Org. Secção de Ciências Documentais/Departamento de Ciências e Técnicas do Património/Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. ISBN 972-9350-84-1. p. 209-252.

não se verifica). O segundo sentido conserva, muito mais do que o sentido métrico ou quantitativo, o significado quotidiano do termo 'informação²⁴.

Aceitando a formulação de Wilden, relativamente a este segundo sentido, é nesta linha que nos posicionamos no que respeita à tentativa de definição de Informação. Desde já importa esclarecer que entendemos a Informação como um fenómeno humano (e social), que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si. Situa-se, pois, entre o conhecimento²⁵ e a comunicação, tendo como pano de fundo, à montante, a totalidade psicossomática do ser humano – que hoje já ultrapassa muito o âmbito específico da chamada Psicologia Cognitiva e se situa mais no campo das neurociências, como tão bem têm vindo a mostrar os estudos de António Damásio²⁶ –, que não deixa de estar presente também a jusante, pois determina o comportamento informacional dos utilizadores / pesquisadores da Informação; e à jusante, ainda, situa-se a capacidade humana de comunicação, já que o processo comunicacional não pode acontecer sem as mensagens, os conteúdos, numa palavra, a Informação.

Este entendimento leva-nos a estabelecer, de um ponto de vista conceptual, a diferença entre Informação e Comunicação (a segunda não existe sem a primeira, ou seja, a Informação precede a Comunicação, tendo, portanto, uma existência anterior e autónoma), salvaguardando, contudo, a inter-relação entre elas. Leva-nos, também, a estabelecer a distinção entre Informação e Documentação (ou Informação registada) uma vez que o registo, num suporte exterior ao sujeito produtor da Informação, é

²⁴ WILDEN, Anthony – Informação. In Enciclopédia Einaudi. Vol. 34 – Comunicação, Cognição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cop. 2001. ISBN 972-27-0923-2. p. [11].

²⁵ Usamos este termo no seu sentido mais genuíno, ou seja, como sinónimo de 'cognição'. Esta explicação, aparentemente dispicienda é, no entanto, da maior importância dada a forma generalizada, simplista e bastante imprecisa com que o termo 'conhecimento' tem vindo a ser usado. Na verdade, temos a sensação clara de que o termo 'conhecimento' está hoje na moda e as mais das vezes se usa num sentido que não é distinto de 'informação'. Pretende-se, ao que parece, exprimir a ideia de que a compilação e uso da informação conduzem a um aumento de conhecimento, que é uma espécie de saber especializado de cientistas e intelectuais, mas esta ideia carece de uma fundamentação adequada e não pode banalizar-se o termo 'conhecimento' numa acepção que adultera o seu sentido originário. Para um maior aprofundamento desta questão, veja-se o recente trabalho de SILVA, Armando Malheiro da — Conhecimento / Informação: sinonímia e/ou diferenciação? In *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Org. Georgete Medleg Rodrigues e Ilza Leite Lopes. Brasília: Thesaurus Editora de Brasília, 2003. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 2). ISBN 85-7062-399-2. p. 23-41.

²⁶ Veja-se a sua obra mais conhecida e divulgada mundialmente DAMÁSIO, António – O Erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano. 22ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2001. ISBN 972-1-03944-6, mas também estudos posteriores, que aprofundam a componente emocional contribuindo de uma forma muito clara para a compreensão do processo genésico da informação DAMÁSIO, António – O Sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência. 3ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2000. ISBN 972-1-04757-0; e DAMÁSIO, António – Ao Encontro de Espinosa: as emoções sociais e a neurologia do sentir. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003. ISBN 972-1-05229-9.

também algo que acontece *a posteriori*, ou seja, depois de a Informação já existir na mente humana e insere-se já no processo que visa a comunicação.

Importa, pois, adiantar já, como referência de base para o que a seguir for dito, a definição de Informação de que partimos – conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada²⁷ – uma vez que é com este sentido que ela se assume como objecto de estudo e de trabalho.

Esta definição, só por si, é insuficiente para a caracterização da Informação como objecto, devendo ser complementada com um enunciado das diferentes propriedades / atributos que lhe são inerentes²⁸, a saber:

estruturação pela acção (humana e social) – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;

integração dinâmica – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;

pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;

quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;

reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e

transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Estes elementos caracterizadores da Informação – fenómeno humano e social e processo dinâmico pelo qual se consuma a comunicação –, aliados à definição acima apresentada, constituem, pois, em síntese, as bases mínimas e fundamentais, para o

²⁷ Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - Op. cit., p. 37.

²⁸ Importa aqui referir que, já em 1968, num célebre artigo intitulado *Information Science – what is it?*, Harold Borko havia considerado a Ciência da Informação como a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso (...), aludindo às propriedades da informação sem, contudo. as enunciar (ver BORKO, Harold – Information Science: what is it? American Documentation. Washington. 19:1 (Jan. 1968) 3-5). Da mesma forma, também Yves-François Le Coadic, na entrada Science de l'Information do Dicitionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation, se refere às propriedades da informação, mas não chega a uma formulação, antes mencionando procedimentos e acções operáveis sobre a informação que são, de facto, questões distintas (ver – LE COADIC, Yves-François – Science de l'information. In Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation. Dir.Serge Cacaly. Paris: Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3. p. 516-523).

discurso científico sobre aquilo que consideramos ser o objecto de estudo de uma área teórico-prática em consolidação, que determina competências profissionais em conformidade com a respectiva fundamentação teórica e com as exigências do desempenho profissional no "terreno".

Segundo Shera e Cleveland²⁹, o acontecimento que marcou a transformação da Documentação em Ciência da Informação foi a *International Conference on Scientific Information*, que teve lugar em Washington, no ano de 1958, resultante da cooperação do *American Documentation Institute*, da Federação Internacional de Documentação, da *National Academy of Sciences* e do *National Research Council*, tendo reunido os maiores nomes da área em nível mundial.

Hans Wellisch afirma que a expressão *information science* foi usada, pela primeira vez, em 1959³⁰ e Anthony Debons indica ter sido em 1962, no *Second International Congress on Information System Sciences*, realizado em Hot Springs (Virginia), que a mesma expressão surgiu no título de uma reunião internacional³¹. Na verdade, por meados dos anos 60, a expressão estava definitivamente imposta nos E.U.A, onde foi florescendo até hoje mais do que em outros países, e não só abundavam já as propostas de definição, como surgiram, também, escritos em torno da fundamentação teórica desta nova área disciplinar.

Apesar das múltiplas definições propostas, desde o início dos anos 60, é interessante verificar que a surgida nas conferências do *Georgia Institute of Technology* (Out. 1961-Abr. 1962), e aperfeiçoada mais tarde por Harold Borko, num artigo clássico intitulado *Information Science – what is it?*, permanece ainda hoje como uma das mais consensuais e, sem dúvida, das mais fecundas:

Ciência da Informação – a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar deri-

²⁹ SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. – History and foundations of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*. Washington. 12 (1977) 249-275.

³⁰ SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. - Op. cit. p. 266.

³¹ DEBONS, Anthony – Information science. In *ALA world encyclopedia of library and information services*. 2nd ed. Chicago: American Library Association, 1986. ISBN 0-8389-0427-0. p. 355. No capítulo de conclusões da sua obra sobre história da *information science*, Lilley e Trice apresentam uma lista das principais conferências que ocorreram durante 40 anos de afirmação desta área científica, bem como uma relação dos principais especialistas que tiveram uma actividade marcante no mesmo período. Ver LILLEY, Dorothy B.; TRICE, Ronald W. – *A History of Information Science: 1945-1985.* San Diego [etc.]: Academic Press, 1989. ISBN 0-12-450060-9.

vada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. (...) a biblioteconomia e a documentação são aspectos aplicados da ciência da informação³².

O facto de a C. I. e as disciplinas que a antecederam integrarem uma área que começou por ser, essencialmente, uma prática traz alguns problemas, ainda hoje, à sua afirmação científica. Um estudo realizado por Emílio Delgado López-Cózar, sobre a investigação em Biblioteconomia e Documentação, vem, precisamente, equacionar este problema, embora procure fazer uma análise exaustiva da investigação produzida, para demonstrar o carácter científico desta(s) disciplina(s). Este autor reconhece que:

El origen y evolución de las disciplinas de base profesional, como la nuestra, no pueden ser explicados com las mismas coordenadas y presupuestos conceptuales empleados para las ciencias per se. Estas últimas hunden sus raíces en el deseo, innato en el hombre, de conocer por sí y para sí, esto es, para entender el mundo y para dominarlo en beneficio de la especie humana. Nacen y se desarrolan en función de una doble necessidad humana: la cognoscitiva (conocer y explicar el porqué y el cómo de nuestra realidad natural, social o humana) y la utilitaria (aplicar el conocimiento a la mejora de nuestras condiciones de vida). Este esquema conceptual es válido para trazar la historia de todas las ciencias, pero especialmente para aquellas que se justifican solo como medio de satisfacción de esta doble necessidade. Son ciencias per se: las ciencias humanas y sociales (filosofía, teología, historia, sociología...) y las ciencias físico-naturales (física, química, biología...). Pero no lo es tanto para explicar la historia de las ciencias que han surgido del ejercicio y al amparo de una profesión: desde la medicina o enfermería hasta la educación, pasando por uma pléyade de profesiones que han brotado al hilo del desarrollo económico, social y cultural de la humanidad, como el trabajo social o la ByD, que es la que aquí nos ocupa. En caso de estas últimas, incluso, todavía se discute su propio carácter de profesión científica³³.

Concordamos em absoluto com este autor quando afirma que no desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação [e acrescentaríamos, da Arquivística] a teoria seguiu a prática, não a dirigiu nem a guiou³⁴. Foi, por isso, o exercício profissional, entendido como o desempenho de uma função, que estimulou a reflexão sobre a praxis e fez surgir a necessidade de uma formação adequada ao desempenho desse mesmo exercício profissional. Pensar a prática conduziu, portanto, à afirmação disciplinar, a

³² SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. - *Op. cit.* p. 265; e BORKO, Harold - Information science - what is it? *American Documentation*. Washington, 19: 1 (Jan. 1968) 3-5.

³³ DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio – La Investigación en biblioteconomía y documentación. Gijón: Ediciones Trea, 2002. ISBN 84-9704-041-4. p. [23].

³⁴ DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio - Op. cit. p. 24.

exercícios de teorização e a trabalhos de investigação que, por sua vez, foram essenciais para a construção do conhecimento científico em torno de um objecto de estudo e, naturalmente, para a emergência da ciência.

Esta construção científica não ocorreu simultaneamente e da mesma forma em todos os países e contextos, o que torna muito variável o grau de desenvolvimento da C. I. e dificulta o estabelecimento de um consenso científico sobre o próprio campo disciplinar. Por um lado, tem-se assistido a uma marginalização (ou mesmo automarginalização) da Arquivística e dos arquivistas no processo evolutivo da C. I., numa procura de afirmação de identidade científica, sem uma sólida base teórica de sustentação; por outro lado, também não há consenso científico sobre a unidade epistemológica da área, o que favorece posições de entendimento da C. I. como uma interdisciplina; por outro lado ainda, permanecem visões sustentadas pelo paradigma tradicional, que aceita apenas a Informação registada (Documentação) como objecto de estudo³⁵, reduzindo assim toda a compreensão do fenómeno informacional a um epifenómeno do mesmo, o que produz necessariamente, efeitos perversos de um ponto de vista científico.

Apesar desta pluralidade de posicionamentos, julgamos fundamental contribuir para uma clarificação da problemática em causa e não nos abstemos de tomar posição em favor de uma C. I. assumida como um campo de saber uno e transdisciplinar, inscrito na vasta área das ciências sociais e humanas, o qual congrega e dá suporte teórico a diversas disciplinas aplicadas, desde a Arquivística e a Biblioteconomia//Documentação aos Sistemas Tecnológicos de Informação. A cartografia do campo científico da C. I. foi delineada num diagrama (fig. 1) onde estão patentes a dimensão transdisciplinar e, ao mesmo tempo, as relações interdisciplinares, mais ou menos próximas, da C. I. com outras áreas do estudo³⁶.

³⁵ A "escola" espanhola, personificada por José López Yepes e seus seguidores, é um exemplo paradigmático desta perspectiva.

³⁶ Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - Op. cit., p. 80.

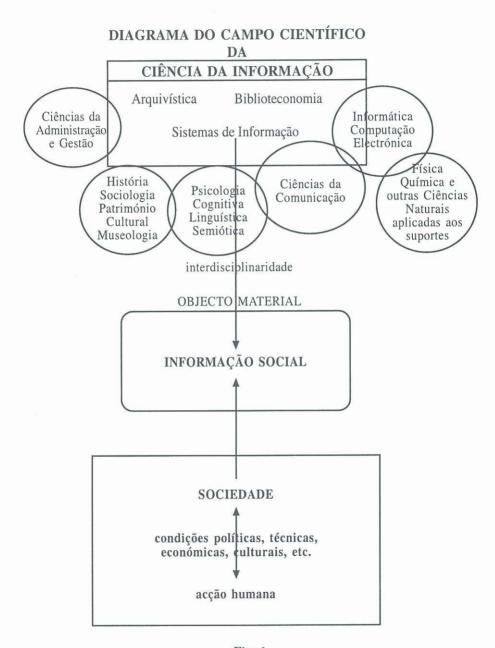


Fig. 1

Defender uma posição em favor da cientificidade, deste campo do saber, implica não só o estabelecimento das suas fronteiras e a definição do seu objecto de estudo, mas ainda a assunção de um método ajustado às características do fenómeno da Informação (social), enfatizando a sua componente qualitativa (embora não descurando os aspectos passíveis de análise e investigação quantitativa), como, aliás, é próprio e específico das Ciências Sociais.

O método de investigação quadripolar (fig. 2), concebido por Paul de Bruyne e outros autores³⁷, constitui-se, pois, como o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. Pelo contrário, a dinâmica investigativa resulta de uma interacção entre quatro pólos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico³⁸ – permitindo uma permanente projecção dos paradigmas interpretativos, das teorias e dos modelos na operacionalização da pesquisa e na apresentação dos seus resultados³⁹.

Nesta dinâmica quadripolar de investigação, assume particular relevância o pólo teórico, uma vez que ele respalda a componente técnica e instrumental e dá sentido à explanação de resultados consubstanciada o pólo morfológico. Havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno//processo informacional⁴⁰, manifestamos a nossa preferência pela Teoria Sistémica,

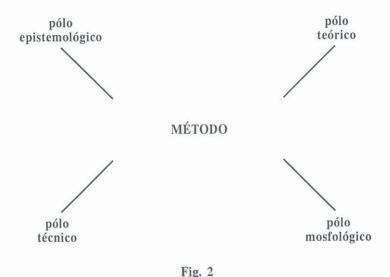
³⁷ DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique. Paris: P.U.F., 1974.

³⁸ No pólo epistemológico, opera-se a permanente construção do objecto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação; no pólo teórico, centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou infirmação do "contexto teórico" elaborado; no pólo técnico, consuma-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico, sendo aqui que se desenvolvem operações cruciais como a observação de casos e de variáveis e a avaliação retrospectiva e prospectiva, sempre tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados; no pólo morfológico, formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objecto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele.

³⁹ Ver: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

⁴⁰ Desde a perspectiva estruturalista, assumida, por exemplo, por Carlo Laroche (LAROCHE, Carlo – Que signifie le respect des fonds? Esquisse d'une Archivistique structurale. Paris: Association des Archivistes Français, 1971) ou António Sanchez-Bravo Cenjor (SANCHEZ-BRAVO CENJOR, Antonio – Manual de estructura de la información. Madrid: Editorial Centro de Estudíos Ramón Areces, 1992. ISBN 84-8004-024-6) à "teoria da situação" defendida por Keith Devlin (DEVLIN, Keith – Info-senso: como transformar a informação em conhecimento. Lisboa: Livros do Brasil, 2000. ISBN 972-38-1733-0), passando pela "Teoria da Informação Psicológica", de Bruno Lussato (LUSSATO, Bruno – Informação, comunicação e sistemas: teoria da imprinting e elementos para uma teoria da informação psicológica. Lisboa: Dinalivro, 1995. ISBN 972-576-085-9) ou pela perspectiva cognitivista, de Peter Ingwersen e outros (ver, por exemplo, INGWERSEN, Peter – Conceptions of information science. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, Finland, 1991 – Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical

que radica as suas origens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria passada, dado que congrega uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação, como se comprova por exemplos vários da sua aplicação teórico-prática. A Teoria Geral dos Sistemas⁴¹, formulada por este autor, veio a ter uma aplicação generalizada e desenvolveu-se de tal forma que, hoje, se torna já mais apropriado falar em "pensamento sistémico", o qual é, sobretudo, um modo de conceber a realidade, seja ela qual for⁴².



No campo da Informação verifica-se que as abordagens sistémicas têm tido uma notória preferência por parte de variados autores, especialmente na área das tecnologias. A concepção de sistemas (tecnológicos) de informação fundamenta as suas perspectivas e opções, em boa parte, no pensamento de um outro autor, Jean-Louis Le Moigne, como procurou demonstrar João Álvaro Carvalho, num artigo em que ilustra os vários

perspectives: proceedings... Ed. by Pertti Vakkari and Blaise Cronin. London [etc.]: Taylor Graham, cop. 1992. ISBN 0-947568-52-2.), não esquecendo os importantes e multifacetados contributos da teoria sistémica, têm surgido diversos modos de ver e interpretar a Informação.

⁴¹ BERTALANFFY, Ludwig von – *Théorie générale des systèmes*. Pref. de Ervin Laszlo; Trad. par Jean-Benoîst Chabrol. Paris: Dunod, 1993. ISBN 2-10-001841-8.

⁴² Para um aprofundamento sobre a teoria e pensamento sistémicos é de grande utilidade a leitura de: MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare com i sistemi.* Milano: Franco Angeli, 1997. ISBN 88-464-0336-3.

modelos de aplicação sistémica⁴³. Por outro lado, quer no domínio da Biblioteconomia, quer na área da Arquivística, também a teoria sistémica tem constituído a base fundamentadora de diversos estudos. A título de exemplo, refira-se a aplicação de Enrique Molina Campos⁴⁴ às bibliotecas, ou a de Victor Hugo Arévalo Jordán⁴⁵, a de Armando Malheiro da Silva e outros⁴⁶, e a de José Maria Jardim⁴⁷, ao campo dos arquivos.

A aplicação, ampla e instrumental, do pensamento sistémico, pode tornar-se mais inteligível a partir da enunciação de três características constitutivas do sistema, a saber:

- 1ª o sistema deve ser observável como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) a fim de, na conjugação dos seus elementos, parecer novo e emergente;
- 2ª todos os elementos do sistema (micro) compõem uma estrutura estruturante e estruturada, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura mas subordinada ao próprio estado da existência do sistema (visão analítica);
- 3ª há uma correlação permanente (feedback micro-macro) entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes): por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; e, por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade⁴⁸.

Partindo desta caracterização, torna-se compreensível a classificação dos sistemas, esquematicamente enunciada por Piero Mella deste modo: um sistema formado por outros sistemas é um *supersistema*; um sistema que se individualiza no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações, é um *sistema parcial* ou *subsistema*; e quando o sistema e o ambiente se interpenetram temos o *macro-sistema* – "ambiente" em sentido amplo. Para se determinar essa interpenetração, convém ter presente que individualizar um sistema significa especificar-lhe os limites, ou seja,

⁴³ CARVALHO, João Álvaro – Information system?: which one do you mean? In ISCO 4, Leiden, 1999 – *Information systems concepts: an integrated discipline emerging: IFIP TC8/WG8: proceedings...* Ed. By Eckhard Falkenberg, Kalle Lyytinen, Alexander Verrijnstuart. Boston: Kluwer Academic Publishers, cop. 2000. p. 259-280.

⁴⁴ MOLINA CAMPOS, Enrique – *Teoría de la biblioteconomía*. Ed. póstuma a cargo de Rafael Olivares. Granada: Universidad de Granada, 1995. ISBN 84-338-2116-4.

⁴⁵ ARÉVALO JORDÁN, Victor Hugo – La Archivología y la teoria de sistemas. *Cuadernos: Archivologia*. Santa Fe. 1:1 (1987) 1-10.

⁴⁶ SILVA, Armando Malheiro [et al.] - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.* Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). ISBN 972-36-0483-3. vol. 1.

⁴⁷ JARDIM, José Maria – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói, RJ: EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. ISBN 85-228-0166-5.

⁴⁸ MELLA, Piero - Op. cit. p. 28.

definir o que pertence à estrutura e o que lhe é estranho; logo, o que estiver fora do sistema constitui o seu ambiente externo, contraposto ao ambiente interno configurado pela estrutura⁴⁹.

Atendendo à sua natureza e significado, podem-se, ainda, dividir os sistemas em duas grandes classes: os *organizados ou operatórios* e os *não organizados ou combinatórios*⁵⁰, compreendendo aqueles uma estrutura formada por órgãos (exemplos: o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.) e estes uma estrutura gerada por elementos análogos, pelos quais não se reconhecem relações organizativas (dois exemplos: os fluidos e a população).

A unidade de um sistema organizado ou operatório depende não apenas da estrutura, mas sobretudo da organização estrutural, entendida como as relações estáveis das funções que dão sentido aos elementos independentemente da sua especificidade. Unidade, organização e estrutura são, pois, os conceitos chave desta classe de sistemas, na qual é possível distinguir ainda várias subclasses: os sistemas dinâmicos e respectivo processo interactivo; os fechados e abertos; os naturais e artificiais; as redes modulares; os autopoéticos; o sistema geral; e os cognitivos conscientes.

Um sistema combinatório, segundo Piero Mella, é uma macro unidade que deriva de uma população de unidade análoga, com vista a desenvolver um micro comportamento autonomamente observável (ou definível): os micro comportamentos da unidade são entre eles análogos, mas "combinando-se" entre si convertem-se num macro comportamento global, referente ao sistema na sua unidade. No âmbito deste tipo de sistema observa-se, pois, um comportamento referente ao sistema no seu complexo, mas tal comportamento não é causado pela dinâmica dos órgãos diferenciados, antes pela combinação dos micro comportamentos da unidade análoga em que actuam micro comportamentos análogos. Aliás, é através deste aspecto que os sistemas combinatórios se distinguem nitidamente dos organizados⁵¹. E para caracterizá-los melhor, importa ter em conta três condições necessárias à sua existência: o macro comportamento deve derivar da combinação dos micro comportamentos; estes devem ser condicionados pelo macro comportamento; e devem produzir-se interacções, um feedback, entre micro e macro comportamento.

Estes princípios e enunciados da teoria sistémica têm plena aplicação ao fenómeno informacional, ou seja, é possível pensar sistemicamente a informação e usar esta teoria como "ferramenta" interpretativa e explicativa, devidamente inscrita no pólo teórico do método quadripolar.

⁴⁹ MELLA, Piero - Op. cit. p. 30.

⁵⁰ Ibidem, p. 32.

⁵¹ Ibidem, p. 130.

3. De onde, face à complexidade, se buscam sínteses...

Perspectivar e estudar a informação, nas bases científicas sumariamente expostas, clarifica o *locus* epistémico onde nos colocamos e de onde podemos partir em diversas direcções.

Neste ensaio exploratório pretende-se, sobretudo, acentuar a complexidade da realidade humana e social, não susceptível de ser "encaixada" em categorias redutoras ou estanques, e discutir, num primeiro nível, a dimensão eminentemente cultural da informação, entendida aqui não no sentido da teoria matemática da comunicação (vulgar, mas indevidamente rotulada de Teoria da Informação) de Claude Shannon e Warren Weaver, mas na definição explanada atrás.

Uma definição que convoca outra que, no início do primeiro ponto, colhemos em Edgar Morin a respeito de cultura a fim de se estabelecer um confronto construtivo. Para Morin – recordemo-lo – cultura concentra em si um duplo capital: um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras) e um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). Há, em ambos os capitais, uma matriz cognitiva/intelectual e emocional que se acha plasmada no modo de definir informação como conjunto estruturado de representações mentais (e emocionais) codificadas, subentendendo-se, nesta enunciação, uma plena similitude com a noção de conhecimento explícito⁵². Mas, há também uma dimensão técnica, no leque semântico da palavra cultura, aceite por Morin, que extravasa os limites conceptuais de informação, como se precisará melhor, adiante.

A ideia de cultura e o conceito, actualmente tão propalado, de informação remetem para contextos históricos e doutrinários diferentes, mas complementares, na medida em que a consagração da imprensa, em pleno séc. XIX, resultante da efervescência literária, filosófica e científica das Luzes, trouxe consigo o uso de informação como sinónimo de periodismo e de comunicação impressa: L'information désigne ainsi toute publication sous une forme approprié d'éléments de connaissance (faits) ou de jugement (commentaires, opinions) à l'aide de mots, de sons ou d'images et, d'une façon générale, de tous signes accessibles au public⁵³. Um sentido restritivo que a teoria de Shannon e Weaver desestabilizou abrindo horizontes até um infinito semântico (insustentável do ponto de vista epistemológico) e que o emergente paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico (atrás caracterizado) urge seja construtivamente revisto.

⁵² SILVA, Armando Malheiro da - Conhecimento / Informação: sinonímia e/ou diferenciação? In Op. cit.

⁵³ TERROU, Fernand – *L'information.*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. ISBN 2-13-045018-0. p. 6-7. col. *Que sais-je?* n° 1000.

Por seu turno, é possível estabelecer uma linha genealógica da ideia de cultura que parte dos gregos⁵⁴ e, atravessando séculos, passa pela obra de pensadores como Thomas Hobbes (1588-1679), Samuel Pufendorf (1632-1694) ou Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) atingindo, então, o sentido de carácter distintivo da espécie humana, opondo-se à ideia de natureza. E esta ideia de cultura surge, a partir daí, associada às de progresso, de evolução, de educação e de razão, patentes no núcleo vivo do iluminismo e no optimismo com que se encarava a perfectibilidade do ser humano. Não admira, por isso, que cultura evoque sobretudo os progressos individuais, enquanto civilização (termo muito próximo do anterior, com grande sucesso no vocabulário francês setecentista) evoque os progressos colectivos. E o uso de ambos marcou, desde então, o advento de uma nova concepção dessacralizada da história, sendo o homem colocado no centro da reflexão e no centro do universo: Surge a ideia da possibilidade de uma "ciência do homem"; a expressão é usada pela primeira vez por Diderot em 1755 (no artigo "Enciclopédia" da Enciclopédia). E, em 1787, Alexandre de Chavannes cria o termo "etnologia", que define como a disciplina que estuda a "história dos progressos dos povos a caminho da civilização"55.

Chavannes terá sido, assim, o primeiro a abrir a ideia de cultura a uma aplicação científica com carreira profícua e longa nas ciências humanas e sociais, como Denys Cuche se encarregou de recensear em estudo editado pela primeira vez em 1996.

A etnologia científica, desenvolvida ao longo do séc. XIX, consagrou o conceito operatório de cultura num registo eminentemente descritivo: ao contrário dos filósofos empenhados em dizer o que a cultura deve ser, os etnólogos deram prioridade à descrição do que ela é, tal como se evidencia nas sociedades humanas. Coube, aliás, ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor a primeira definição do conceito etnológico de cultura (ou civilização, tomadas como sinónimos devido a uma síncrese comum à época⁵⁶), entendida, no sentido etimológico mais lato, como *esse todo complexo que*

⁵⁴ Em virtude da significação cultural do pensamento político dos gregos e da sua prática, a ideia de cultura está profundamente enraizada na tradição greco-latina. E a evolução do pensamento político nos sécs. XVII e XVIII, nomeadamente a das ideias sobre a sociedade civil (que se tornará o Estado), é feita por referência, directa ou indirecta, à *Politea* (título grego da República) de Platão e à *Politika* de Aristóteles. Uma das funções essenciais dos escritores-filósofos do séc. XVIII consistiu em traduzir e adaptar às novas condições políticas, espirituais e culturais, as noções básicas dos pensadores gregos, em particular a ideia de *polis* e as dos jurisconsultos latinos (HELL, Victor – L'Idée de culture. Paris: Presses Universitaires de France, 1981. ISBN 2-13-037001-2. p. 19).

⁵⁵ CUCHE, Denys - Op. cit., p. 33.

⁵⁶ Separar-se-iam depois, no contexto político, social e filosófico alemão, onde a palavra kultur começou por ser a transposição exacta do termo francês. Mas os intelectuais burgueses ao longo de oitocentos atacarão os valores "corteses" de uma aristocracia distante e fechada e usarão para esse efeito as palavras cultura e civilização: tudo o que releva do autêntico e contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como relevando da cultura; pelo contrário, o que é apenas brilhante aparência, ligeireza, requinte superficial, pertencerá à civilização. A cultura opõe-se assim à civilização, como a profundidade se opõe à superficialidade. Para a intelligentsia burguesa alemã, a nobreza de corte, se é civilizada, sofre de uma singular falta de cultura.

compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da socieda de^{57} . E se Tylor emprestou seu nome à "invenção" da dimensão científica do conceito de cultura, Franz Boas fundou a etnografia, fazendo, in loco, observações directas e prolongadas das culturas primitivas e a sua prática investigativa pô-lo perante não tanto a "cultura", mas as "culturas" de diversos povos e comunidades, o que lhe permitiu pensar a diferença e concluir que a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial. Deve-se-lhe por causa disto e do todo da sua obra o "relativismo cultural", enquanto princípio metodológico capaz de evitar todo o tipo de etnocentrismo⁵⁸ e o legado da história cultural. A Emilio Durkheim, nascido no mesmo ano de Boas, que raramente usou o termo cultura, preferindo o de civilização, atribui-se-lhe o acentuado interesse pelos fenómenos culturais, uma vez que, para ele, os fenómenos sociais possuem necessariamente uma componente cultural, porque também são fenómenos simbólicos⁵⁹. Tanto ele, como seu colaborador Mauss, foram claros na rejeição de qualquer diferença natural entre povos primitivos e civilizados, admitindo que aqueles eram perfeitamente capazes de pensamento lógico.

Sem a mesma repercussão, nem a mesma influência que teve a obra de Durkheim, pode, porém, dizer-se que a perspectiva desenvolvida por Lucien Lévy-Bruhl pesou, de forma relevante, na modelação da disciplina etnológica em França, tendo-se empenhado na refutação da teoria do evolucionismo unilinear e da tese do progresso mental, o que, na prática, se traduziu pela rejeição da ideia etnocêntrica de considerar os indivíduos das sociedades de cultura oral – os "primitivos" – umas "crianças grandes" que se entregariam ao mesmo tipo de interrogações que os "civilizados", únicos verdadeiros adultos, embora dando-lhes respostas ingénuas, "pueris" 60.

Voltemos, entretanto, a Boas para referir que o seu legado da história cultural foi aproveitado, por Alfred Kroeber e Clark Wissler, para analisarem o processo de distribuição no espaço dos elementos culturais, tendo extraído dos etnólogos "difusionistas" alemães do início de novecentos várias noções operatórias, como a de "área cultural" e de "traço cultural". A ideia dos "difusionistas" consistia em estudar a repartição espacial de um ou vários traços culturais, em culturas próximas, e examinar o processo da sua difusão: se surgir uma grande convergência de traços semelhantes num espaço dado, fala-se então de "área cultural", em cujo centro se acham as carac-

Como o povo miúdo se encontra igualmente desprovido de cultura, a intelligentsia considera-se de certo modo investida de uma missão própria, a de desenvolver e fazer irradiar a cultura alemã (Cf. CUCHE, Denys – Op. cit., p. 35).

⁵⁷ Cit. por Ibidem, p. 40.

⁵⁸ Ibidem, p. 44-47.

⁵⁹ Ibidem, p. 44.

⁶⁰ Ibidem, p. 56.

terísticas fundamentais de uma cultura, enquanto na sua periferia essas características se entrecruzam com traços de áreas vizinhas. Estas noções terão funcionado bem em alguns casos e suscitado discordância noutros, mas o contributo destes estudos influenciou investigações futuras sobretudo a respeito da aculturação e das trocas culturais. Os excessos interpretativos desta corrente mereceriam, porém, a crítica clara de Bronislaw Malinowski, promotor do método da "observação participante", para quem a investigação devia centrar-se na observação directa das culturas no seu estado actual, sem recuos até às suas origens, sendo esse desiderato uma operação ilusória porquanto é insusceptível de prova científica. Para ele, cada cultura formava um sistema cujos elementos são interdependentes, o que inviabiliza estudá-los isoldamente como pretendiam os "difusionistas"61. A sua proposta, demarcada quer do evolucionismo, quer do difusionismo, constituiu-se como um funcionalismo centrado no presente, único intervalo do tempo em que o antropólogo pode estudar objectivamente as sociedades humanas⁶². Seguindo por este caminho, Malinowski enfiou-se num beco com a sua controversa teoria das necessidades, através da qual resvalou para uma concepção "biologista" da cultura que concedia atenção apenas aos factos que acentuam a estabilidade harmoniosa de cada cultura, não mostrando capacidade para pensar as contradições culturais internas, as disfunções, ou ainda os fenómenos culturais patológicos⁶³. Em contraponto a estes limites do funcionalismo ressalta o mérito da demonstração inequívoca sobre a impossibilidade de se estudar uma cultura a partir do exterior e, muito menos, à distância.

Outro tipo de enfoque veio a ser proposto, a partir da terceira década de novecentos, pela antropologia americana. Vários antropólogos perceberam que ainda não tinha sido explorada a relação entre o indivíduo e a cultura e daí o seu interesse em analisarem como os seres humanos incorporam e vivem a sua cultura: A questão está, portanto, em elucidar como está a cultura presente nos indivíduos, como os faz agir, que comportamentos suscita, sendo a hipótese adiantada precisamente a de que cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum ao conjunto dos indivíduo sparticipantes numa cultura dada⁶⁴. Ruth Benedict, com os seus "tipos culturais" e o seu conceito de pattern of culture (ou seja, a "configuração cultural"), subscreveu a ideia de que cada cultura oferece, de certo modo, aos indivíduos um "esquema" inconsciente para todas as actividades da vida⁶⁵. Por seu turno, Margaret Mead trabalhou a questão da transmissão cultural, ou seja, como é que um indivíduo recebe a sua

⁶¹ CUCHE, Denys - Op. cit., p. 63.

⁶² Ibidem, p. 64.

⁶³ Ibidem, p. 65.

⁶⁴ Ibidem, p. 66.

⁶⁵ Ibidem, p. 68.

cultura e que consequências isso tem na formação de sua personalidade. Para Mead, há um "modelo" cultural particular de uma dada sociedade que determina a educação da criança, não se podendo explicar a personalidade individual por meros caracteres biológicos. E na continuidade desta escola, baptizada de "cultura e personalidade", destacam-se ainda outros autores como Ralph Linton, que acentuou apenas nos indivíduos a "personalidade de base", entendida como aquela parte psicológica da pessoa determinada directamente pela respectiva cultura. Abram Kardiner, psicanalista de formação e colaborador de Linton, deteve-se na compreensão do modo como se forma a personalidade base no indivíduo através das "instituições primárias" (a família e a escola) próprias de cada sociedade e do modo como, em contrapartida, a personalidade de base reage sobre a cultura do grupo produzindo, por um mecanismo de projecção, "instituições secundárias" (sistemas de valores e crenças) compensadoras das frustrações provocadas pelas instituições primárias e que permitem a evolução da cultura.

O contributo destes antropólogos "culturalistas" prosseguirá com Lévi-Strauss e sua análise estrutural da cultura, com os sociólogos americanos, da chamada "escola de Chicago", e com Sapir e seu interaccionismo cultural, a respeito dos quais deixaremos aqui alguns tracos caracterizadores. Mas antes disso convém destacar, pela importância que este aspecto tem se considerarmos a definição operatória por nós aceite de informação, o estreitíssimo laço entre cultura, língua e linguagem: para Herder (1774), que foi dos primeiros a usar sistematicamente a palavra cultura, a diversidade cultural baseava-se na diversidade das línguas; Sapir, que propôs uma teoria das relações entre cultura e linguagem, entendeu que a cultura é, essencialmente, um sistema de comunicação em que a língua tem, entre outras, a função de transmitir a cultura, mas aquela é também marcada por esta; e, Lévi-Strauss, cuja antropologia estrutural ficou muito devedora da análise estrutural em linguística, salientou que a linguagem é, antes de mais, um produto da cultura (uma língua reflecte a cultura geral de um povo), ela é também parte da cultura, sendo um dos vários elementos constitutivos, é ainda condição da cultura no plano diacrónico (é pela língua que o indivíduo adquire a cultura do seu grupo) e, num plano mais teórico, verifica-se que a cultura possui uma arquitectura semelhante à da linguagem. Uma e outra constroem-se por meio de oposições e correlações ou, por outras palavras, de relações lógicas66.

Frisado este importante aspecto, que permite radicar psicológica e socialmente a cultura, interessa notar que a antropologia estrutural de Lévi-Strauss se empenhou em pesquisar e fixar os "invariantes", ou seja, esses universais culturais que existem em todas as culturas e em número restrito em virtude da unidade do psiquismo humano:

⁶⁶ CUCHE, Denys - Op. cit., p. 77.

No ponto preciso em que a Cultura se substitui à natureza, quer dizer, ao nível das condições muito gerais de funcionamento da vida social, é possível descobrir regras universais que são outros tantos princípios indispensáveis da vida em sociedade. É da natureza do homem viver em sociedade, mas a organização da vida em sociedade releva da Cultura e implica a elaboração de regras sociais. O exemplo mais característico destas regras universais que o estruturalismo analisa é a proibição do incesto que tem por fundamento a necessidade de trocas sociais⁶⁷.

Os sociólogos da "escola de Chicago" viriam, por seu turno, a operar com duas importantes noções — a de "subcultura" e a de "socialização" — sobretudo nos estudos de comunidades, desenvolvidos através da importação de métodos e perspectivas de abordagem próprias da antropologia. As subculturas passaram a ser definidas e distinguidas de acordo com as classes sociais e também os grupos étnicos e outros tipos de grupos (delinquentes, homossexuais, pobres, jovens, etc.). E, mediante a noção de socialização, os sociólogos procuram determinar eventual continuidade, de geração para geração, das culturas ou subculturas específicas dos diversos grupos sociais. Por socialização entendem como sendo o processo de integração de um indivíduo numa determinada sociedade ou num grupo específico mediante a interiorização dos modos de pensar, de sentir e de agir, ou seja, os modelos culturais típicos de uma sociedade ou de um grupo particular.

Para Sapir o fundamental residia nas interacções individuais. Aí se achava o verdadeiro lugar da cultura. O interaccionismo cultural enfatizou não o cuidado de definir cultura por uma suposta essência, mas a análise dos processos de elaboração dessa mesma cultura. Esta só existe, através do desempenho interactivo dos indivíduos num determinado contexto. Sem contexto a comunicação/interacção individual é que completa a espessura cultural gerada⁶⁸.

Esta resenha das diferentes concepções e teorias sobre a cultura no âmbito das Ciências Sociais, vai já longa e urge passarmos à parte interpretativa e original deste item, mas, antes, é ainda oportuna uma referência a Pierre Bordieu que raramente utilizou o conceito antropológico de cultura, entendendo-o num sentido mais limitado e clássico, que remete para as "obras culturais", ou seja, as produções simbólicas socialmente valorizadas, que relevam do domínio das artes e das letras. O sentido mais antropológico de cultura é tratado por Bordieu, através da noção de habitus: aquilo que caracteriza uma classe ou um grupo social por comparação com outros que não partilham das mesmas condições sociais. O habitus, segundo Bordieu, funciona como a materialização da memória colectiva, reproduzindo nos sucessores a aquisição dos que os antecederam. E, deste modo, o habitus determina práticas nos indivíduos con-

⁶⁷ CUCHE, Denys - Op. cit., p. 80.

⁶⁸ Ibidem, p. 87.

cordantes com a sua pertença social69.

A diferenciação assumida, por Bordieu, entre cultura em sentido restrito e habitus ajuda-nos, mais uma vez, a retomar, através de um paralelismo genérico, a definição de Morin: os dois capitais da cultura – um cognitivo-técnico (saberes, práticas, regras, saber-fazer) e outro mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). E, num deles, - no cognitivo-técnico - parece óbvia a materialização cultural plasmada numa pluralidade de objectos e de costumes (gastronómicos, higiénicos, sexuais, corporais como a danca ou o folclore, etc.). A nocão operatória de património, estabelecida após o romantismo no séc. XIX, funciona para "arrumar" e "trabalhar" esses objectos, em nível de um uso contextual diverso e em nível de uma preservação/conservação, politicamente justificada e orientada. Patrimonializar tem, por isso, cada vez mais a ver com gerir, administrar, gizar estratégias, intervir e modelar políticas que possibilitem, com a ajuda do Direito, a protecção de vestígios múltiplos de um passado recriado pelas Ciências Sociais e pelas técnicas e disciplinas da (re)encenação ou da (re)apresentação monumental, documental, testemunhal⁷⁰... A Arqueologia⁷¹ e a Museologia – entre outras - têm contribuído imensamente para a aplicação e a difusão práticas da noção em foco, que nunca perde, aliás, a sua dependência histórica ou genética em relação ao conceito de cultura. E esta ideia reforça-se tendo em conta que o património é uma perspectivação de um passado feita no presente e, por isso, constitui-se como um exercício interpretativo. O património não tem, por isso, uma existência per se, existindo apenas quando é constituído como tal, traduzindo-se essa constituição em diplomas legais que conferem qualidade e estatuto aos actos culturais de patrimonialização.

Temos, assim, que o património é uma emanação prática da ideia de cultura, tal como esta se desenvolve no século XIX, e neste sentido regressamos à cultura a fim de reformularmos, por nossa conta e risco, a definição de cultura de Edgar Morin, propondo o mesmo número de "capitais", mas reordenando-os: há um capital cognitivo, mitológico e ritual (saberes, crenças, normas, proibições, valores) e um capital técnico (saber-fazer, práticas, regras). As materializações culturais (objectos e costumes) decorrem deste segundo, enquanto o primeiro absorve o conceito estrito de cultura (letras, artes e ciência), aceite pela generalidade das "escolas" e teorias e problematizada

⁶⁹ CUCHE, Denys - Op. cit., p. 129-130.

Tenuncia-se, assim, de forma quase telegráfica um debate que algumas leituras introdutórias ajudam a estimular: GUILLAUME, Marc – Op. cit.; O Património e os media: mesa-redonda realizada no Porto, na Fundação Eng" António de Almeida, pela SPAE e pela ADECAP, em 5 e 6 de Fevereiro de 1999, e intitulada "O Património cultural e natural e o público – o papel dos media". Coordenação Vítor Oliveira Jorge. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2000. ISBN 972-560-021-5; e A Matéria do património: memórias e identidades. Coord. Manuel João Ramos. Lisboa: Edições Colibri, 2003. ISBN 972-772-439-6.

⁷¹ Ver JORGE. Vítor Oliveira – Arqueologia, património e cultura Lisboa: Instituto Piaget, 2000. ISBN 972-771-340-8.

em ensaios de fôlego⁷², e absorve também o de informação, devido a uma óbvia similitude semântica.

O objecto de estudo da C.I. aparece, assim, englobado pela concepção mais restrita ou cognitivo-mitológico-ritual de cultura o que, de imediato, torna obrigatória a sinopse feita acima da trajectória genealógica da ideia de cultura e das diferentes formulações científicas do conceito de cultura, para além de trazer outras implicações.

Em primeiro plano, avulta, neste tempo actual de vertigem tecnológica e de incertos, tensos e assimétricos rumos globalizadores, o desafio da complexidade⁷³ caracterizado por Morin, para o que aqui mais nos importa, através da "fórmula" programática e urgente – utópico-realista, passe o aparente paradoxo... – da religação dos saberes. Mais ainda, pela adequação aos "objectos" naturais e culturais:

As disciplinas deveriam, por outro lado, apresentar uma adequação a "objetos" que sejam a um só tempo naturais e culturais, como o mundo, a Terra, a vida, a humanidade. Eles são naturais porque são percebidos por cada um em sua globalidade e parecem-nos evidentes. Ora, esses objetos naturais desapareceram do ensino; eles encontram-se retalhados e dissolvidos não somente pelas disciplinas físicas e químicas, mas também pelas biológicas (posto que as disciplinas biológicas tratam de moléculas, genes, comportamentos, etc. e rejeitam a própria noção de vida, considerada como inútil); da mesma forma, as ciências humanas retalharam e ocultaram o humano enquanto tal, e os teóricos do estruturalismo chegaram mesmo à presunção de pensar que era preciso dissolver a noção de homem.

Esses objetos naturais são imediatamente identificáveis por qualquer adolescente. Eles

⁷² A degenerescência ou adulteração desse tipo estrito de cultura, considerado, por exemplo, na dimensão formativa (académica ou universitária), foi abordada num ensaio magistral e polémico de BLOOM, Allan – A Cultura inculta: ensaio sobre o declínio da cultura em geral: de como a educação superior vem defraudando a democracia e empobrecendo os espíritos dos estudantes de hoje. Prólogo de Saul Bellow. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1988. ISBN 972-1-02633-6.

⁷³ Vejamo-lo através de Edgar Morin: O desafio da complexidade vem então do fato que cada um desses princípios [o da ordem, o da separação, o da redução e o da validade absoluta da lógica clássica] tenha se visto balado, e mesmo questionado, no decorrer de diversos desenvolvimentos científicos durante o século XX, sem que, entretanto, tenha sido suficientemente pensada a necessidade de uma verdadeira reforma do pensamento (...). Não somos muitos a tentar medir as consequências dessas mudanças que, tanto num caso quanto no outro, constituem o aparecimento dos dois sentidos da complexidade. O que entendemos por esse termo? Num primeiro sentido, a palavra complexus significa "o que está ligado, o que está tecido". E é esse tecido que é preciso conceber. Mas quando vemos as inúmeras interações que se fazem entre as células de nosso corpo e, no interior delas, entre as moléculas é evidente que não se pode ter nenhuma certeza sobre o que se passa localmente neste ou naquele ponto. A complexidade, portanto, devido justamente a essas interações, a essas retroações que ela contém - com as chamadas retroações "negativas", isto é, as que regulam, e as chamadas "positivas", ou seja, que acentuam o desvio e que podem levar a metamorfoses e explosões, contribui também para uma maior incerteza. Como a complexidade reconhece a parcela inevitável de desordem e de eventualidade em todas as coisas, ela reconhece a parcela inevitável de incerteza no conhecimento. É o fim do saber absoluto e total. A complexidade repousa ao mesmo tempo sobre o caráter de "tecido" e sobre a incerteza. Eis dois desafios de importância capital (MORIN, Edgar - Os desafios da complexidade. In A Religação dos saberes: o desafio do século XXI. Jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. ISBN 85-286-0841-7. p. 564).

correspondem a temas que estiveram todo o tempo presentes em nossos ensaios e poemas, a problemas que incessantemente foram colocados por nossa tradição cultural e que permanecem vivos. Eles correspondem às curiosidades naturais da criança e do adolescente e, aliás, deveriam permanecer como curiosidade também para o adulto. Com os "objetos" naturais, nós reencontramos as grandes perguntas que por todo tempo agitaram a consciência humana e que todo o adolescente faz a si mesmo: quem somos, onde estamos, de onde vimos, para onde vamos? Nós revigoramos as interrogações que foram sustentadas por nossa literatura e nossa filosofia e que se encontram hoje alimentadas, enriquecidas e renovadas pelas grandes aquisições das ciências contemporâneas⁷⁴.

Em segundo plano, impõe-se a questão em saber de que modo ou como a C.I. estudando (compreendendo, explicando e operando sobre) a informação (tal e qual ficou atrás definida com suas propriedades intrínsecas e inserida na definição programática de C.I. burilada por Borko em 1968) contribui para o estudo da cultura sem fracturas, divisórias clássicas (erudita *versus* popular) ou grupais (sócio-profissionais, técnicos, etc.), ou seja, promove a religação epistemológica dos saberes e das práticas. Alguns pontos breves adiantam uma possível resposta:

- 1º a configuração do objecto de estudo como fenómeno (informação) e processo (comunicação) condensa um duplo movimento complementar: de distinção e inclusão de "realidades" específicas e interdependentes que decorrem da natureza humana e social;
- 2º a adopção da metodologia quadripolar surgida no âmbito da investigação qualitativa, alicerçada numa crítica consistente ao positivismo e até ao estruturalismo, como eixo da C.I., dotou esta de uma flexibilidade e de uma indiscutível adaptabilidade ao pensamento complexo e holístico;
- 3º a valorização da teoria sistémica, fixada no pólo teórico do método quadripolar, como ferramenta explicativa, não absoluta ou exclusiva, mas com potencial de aplicação a problemas e casos vários do campo informacional, reforça a concepção construtivista e religadora que anima os fundamentos epistemológicos da C.I. emergente face ao paradigma pós-custodial, dinâmico, informacional e científico que a actual conjuntura global da Sociedade da Informação ou da Sociedade em Rede torna cada vez mais inevitável.

Em terceiro e último plano, abre-se uma reflexão ainda muito incipiente, mas sem dúvida fecunda e promissora sobre os resultados ilimitados da C.I., obtidos dentro do quadro de uma cientificidade ajustada aos problemas e aos limites epistémicos das

⁷⁴ A Religação dos saberes: o desafio do século XXI. Op. cit., p. 22.

Ciências Sociais e Humanas. Em que medida o acervo heteróclito e multifacetado de "ganhos" científicos, ou seja, de avancos na compreensão, na explicação e na equação de problemas/temas/casos específicos do campo da C.I. pode ser pensado ou articulado numa dimensão metacientífica? Para a "escola" espanhola de documentação, esta é a ciência da ciência, na tradição directa do contributo pioneiro de Otlet: o documentalista ou cientista da documentação contribui para que todas as ciências possam assentar os seus progressos investigativos num fluxo documental exaustivamente descrito e recuperável com máxima rapidez, actualização e eficiência. Um tal desempenho serve o progresso científico e técnico da Modernidade. No entanto, o que importa saber, hoje, é se ele se ajusta ao desafio da complexidade pós-moderna e digital? Não estará epistemologicamente a C.I. emergente melhor preparada para que a religação hiperenciclopédia de saberes e práticas seja pensada critica e construtivamente? Desenha--se, como possível, o recurso, por exemplo, à novíssima Filosofia da Informação, derivada da obra recente de Luciano Floridi75, compendiada em português num livro de bolso de Fernando Ilharco⁷⁶, e entendida como uma nova área do saber destinada a investigar em termos fundamentais uma série vastíssima de problemas originados e relacionados com o desenvolvimento da chamada sociedade da informação. O que é novo na filosofia da informação (...) é a possibilidade de sob um mesmo e novo paradigma, o da informação, se poder levar a cabo uma reflexão crítica e essencial sobre os pressupostos, os métodos, os problemas e as soluções de uma cada vez maior parte das actividades tecnológicas, científicas, profissionais, culturais e sociais do mundo contemporâneo⁷⁷. Várias pistas e filões se podem abrir neste quadro reflexivo, nomeadamente a exploração problematizadora da cultura digital em curso enquanto manifestação específica e interdependente de outras manifestações/facetas do fenómeno informacional (antes de se tornar e após tornar-se processo comunicacional), que remete sempre, em última instância, para as grandes e atemporais perguntas da Humanidade atrás lembradas por Morín: quem somos, onde estamos, de onde vimos, para onde vamos?

A abordagem aqui ensaiada surgiu com o aviso "de exploratória" e não é, de facto, mais do que isso, apesar de inesperadamente extensa... Urge, pois, finalizá-la, mas deixando-a no ponto de poder e de dever ser continuada por imposição natural da inesgotabilidade da condição humana e social e dos seus complexos fenómenos.

⁷⁵ Ver para uma abordagem introdutória *The blackwell guide to the philosophy of computing and information*. Edited by Luciano Floridi. Malden, USA: Blackwell Publishing Ltd., 2003. ISBN 0-631-22919-1.

⁷⁶ ILHARCO, Fernando – Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003. ISBN 972-54-0068-2.

⁷⁷ Ibidem, badana da contracapa.